



## Onde Falha o Plano Nacional de Extensão?

### As Políticas de Extensão Universitária Brasileira

Maria das Dores Pimentel Nogueira<sup>1</sup>

As primeiras experiências de extensão nas Universidades brasileiras datam do início do século XX, restringindo-se à realização de cursos e conferências e à prestação de serviços (Gurgel, 1986). Durante as décadas que se seguiram, a extensão foi realizada como atividade secundária na vida acadêmica, decorrente do ensino e da pesquisa. Até os anos 1970 não se encontra, a rigor, uma política de extensão para as Universidades brasileiras, constituindo-se, de fato, em alguns ensaios.

A primeira política de extensão é o **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, elaborada pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Coordenação de Extensão Universitária (CODAE), em 1975 (MEC/DAU, 1975; MEC et al, 1974). Com esta proposta, o MEC tenta resgatar a sua função de formulador de política educacional para o Ensino Superior, pois a extensão praticada pelos estudantes universitários sob coordenação do governo militar à época – por meio de programas como o Projeto Rondon e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária/ CRUTAC – era direcionada pelo ideal de segurança e desenvolvimento nacional, desvinculada do planejamento dos departamentos e das unidades acadêmicas (Souza, 1995).

O Plano de Trabalho avança na concepção de extensão ao ampliar as formas por meio das quais ela se processaria, ou seja, cursos, serviços, difusão de trabalhos de pesquisa, projetos de ação comunitária ou cultural e outras. Indica que o compromisso social da Universidade se daria em direção às “populações de modo geral” e introduz dois elementos novos: a relação entre as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e exten-

#### Resumo:

Desde que se registraram as primeiras experiências de extensão universitária no Brasil, foram elaboradas três propostas políticas na área: o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, em 1975; o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), em 1993; e o Plano Nacional de Extensão, em 1999. Embora elaboradas em circunstâncias históricas diferentes, as três propostas alicerçam-se nos mesmos conceitos e princípios, sendo que as duas últimas, elaboradas sob coordenação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras junto com o Ministério da Educação, recuperam e avançam com relação às definições contidas na proposta de 1975.

Após cinco anos da publicação do Plano Nacional de Extensão, verificam-se acertos e equívocos nos desdobramentos de sua implantação. O momento é de avaliação, reflexão e revisão de diretrizes. É um desafio que se coloca para o Ministério da Educação e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

Palavras-chave: Políticas de extensão, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, diretrizes, interdisciplinaridade.

Pró-Reitora Adjunta de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais  
E-mail: mdnogueira@ufmg.br

são, sendo esta o componente pelo qual se faria o repensar das outras duas. E, por último, registra a comunicação entre Universidade e sociedade, não mais num sentido elitista de transmissão de conhecimento, mas no sentido de troca entre saberes acadêmico e popular, que teria como resultado a produção de um conhecimento já confrontado com a realidade.

Extinta a CODAE, em 1979, toda a sua atuação fica sem continuidade, fundamentada no Plano de Trabalho de Extensão Universitária, no sentido de articular e coordenar as ações de extensão em nível nacional. As Universidades perdem o seu interlocutor para as questões de extensão no MEC.

Em meados dos anos 1980, surge um novo ator social que irá influenciar decisivamente os rumos da extensão universitária no país. Trata-se do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que passa a coordenar a reflexão sobre a extensão e a definição de diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas Universidades públicas brasileiras.

O Fórum é criado tendo como fundamento conceitos, princípios e diretrizes presentes nas discussões sobre extensão, que vinham ocorrendo em diversas regiões do país. Estes seriam os fundamentos das duas políticas de extensão elaboradas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão – o **Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE)** e o **Plano Nacional de Extensão** – respectivamente, em 1993 e 1998, ambos com a participação da Secretaria de Ensino Superior (SESU), do MEC. Dentre esses fundamentos, destacam-se o compromisso social da Universidade enquanto instituição pública, na busca de soluções para os problemas da maioria da população e a extensão como processo que articula o ensino e a pesquisa às demandas da população (MEC/SESU, 1995; Plano..., 1998).

Partindo do princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, essas atividades são consideradas no mesmo nível, entendendo-as como dimensão de um processo acadêmico, orgânico e contínuo. A interdisciplinaridade é apontada como meta a ser buscada, considerando que a ação extensionista, pelo fato de relacionar-se com o todo, facilita o trabalho interdisciplinar. A extensão deve procurar implementar o processo de democratização

do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmico e o popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática. Recomenda-se a parceria das Instituições de Ensino Superior (IES), preferencialmente, com as administrações públicas nas diversas esferas, alertando, no entanto, que à Universidade não cabe substituir o Estado em suas funções.

Ambas as políticas de extensão, formuladas pelo Fórum em parceria com o MEC, recomendam ainda que as atividades de extensão sejam sistematicamente avaliadas no âmbito da Universidade, com participação da comunidade externa envolvida no processo, que sejam institucionalizadas nas Universidades e no MEC e que o seu financiamento seja responsabilidade governamental. Ambas as propostas pretendem induzir à consolidação da extensão nas Universidades em torno de uma política nacionalmente construída.

Conforme considerado anteriormente, as diretrizes que orientaram a formulação das duas políticas de extensão, o PROEXTE e o Plano Nacional, são as mesmas. No entanto, as circunstâncias históricas de sua elaboração são bem diversas. Em 1993, quando da elaboração do PROEXTE, o MEC/SESU e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão trabalharam em conjunto, de forma articulada, caracterizando uma fase extremamente produtiva. O MEC assumiu o PROEXTE como uma política de extensão para as IES públicas, destinando recursos para fomento dos programas, criando a Divisão de Extensão e Graduação, a Comissão de Extensão e o Comitê Assessor, além de um programa de bolsas, a ser implementado a partir de 1994.

Quanto ao Plano Nacional, a sua proposta foi iniciativa do Fórum, após um longo período de reivindicações junto ao MEC para manutenção do PROEXTE. Desativado este programa, o Fórum inicia a construção do Plano Nacional e, embora em sua elaboração tenha participado um representante da SESU/MEC, não se percebe no processo de elaboração nem na sua implantação comprometimento do MEC no sentido de considerá-lo e implementá-lo como a política de extensão para as IES públicas brasileiras.

No ano de 2003, a nova equipe da SESU retoma o PROEXTE – só que, agora, ele ganha

novos nome e sigla: Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas (Proext 2003/SESU – MEC) – e publica um edital direcionado às Universidades federais, prioritariamente para a questão da alfabetização de adultos. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão é chamado a discutir com o MEC e o edital considera, novamente, princípios e diretrizes de extensão defendidos pelo Fórum desde sua criação. É o diálogo sendo retomado de forma ética.

### **A Implementação do Plano Nacional de Extensão: Acertos e Equívocos**

Não se pretende aqui fazer uma análise rigorosa da implementação do Plano Nacional de Extensão nas IES públicas brasileiras, embora a questão seja pertinente. Pretende-se, apenas, apontar alguns acertos e falhas que ocorreram nos desdobramentos referentes à sua implantação.

A elaboração do Plano Nacional de Extensão representou, certamente, uma estratégia do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Desativado o PROEXTE, o MEC não tinha proposta para as Universidades na área de extensão e o Fórum teve a intenção de ocupar este espaço de uma forma política, ou seja, fazendo a proposição de um plano que desse unidade nacional à ação extensionista. Mas, embora o MEC, por meio da SESU, tenha participado da sua concepção, ele nunca assumiu o Plano como política governamental. Este tem sido, de fato, muito mais uma política de extensão das IES públicas brasileiras do que do MEC.

As Universidades têm se empenhado, nos últimos anos, em organizar sua ação extensionista segundo os marcos conceituais, diretrizes e metodologias propostos pelo Fórum, priorizando programas mais abrangentes que integram projetos e atividades de extensão de forma articulada. Do ponto de vista mais operacional, foram estabelecidas áreas temáticas e linhas programáticas nas quais os programas, projetos e atividades de extensão devem ser classificados, possibilitando uma informação mais padronizada sobre o que as IES públicas vêm realizando.

Dentre as metas propostas no Plano, alguns avanços significativos podem ser registrados:

- Foi criado o Sistema Nacional de Informações sobre a extensão universitária, estando hoje em fase de consolidação em sua nova versão, o SIEXBRASIL.
- Foram elaboradas diretrizes nacionais para avaliação da extensão nas Universidades – Avaliação Nacional de Extensão Universitária –, publicação disponibilizada para as IES em dezembro de 2000. Hoje, encontra-se em desenvolvimento um processo de avaliação de algumas dimensões de extensão no sentido de construir um perfil da extensão nas IES públicas brasileiras.
- Encontra-se também em elaboração um documento contendo diretrizes para a questão da flexibilização curricular e do aproveitamento de créditos referentes às atividades de extensão para integralização curricular nos cursos de graduação e pós-graduação.
- Outro grande avanço, certamente, é a consolidação da proposta de se trabalhar com áreas temáticas com o estabelecimento de coordenações nacionais das oito áreas, embora tenha se mostrado extremamente difícil o trato com as linhas programáticas.

Algumas questões, no entanto, em relação à concepção e aos desdobramentos do Plano Nacional de Extensão merecem uma reflexão mais detalhada. E isto se coloca como uma questão urgente para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

As ações que o Plano Nacional afirma permitir, em sua parte introdutória, merecem análise diferenciada. De fato, através dele é possível dar unidade nacional aos programas temáticos que as Universidades vêm executando e também interferir nos principais problemas sociais que o País enfrenta. No entanto, quando o Plano afirma assegurar a garantia de recursos financeiros e o reconhecimento pelo poder público de que a extensão coloca-se como uma concepção de Universidade cidadã, estabelece duas relações um pouco equivocadas, pois o Plano, em si, não assegura uma coisa nem outra. A questão dos recursos financeiros desde a publicação do Plano até o final do ano 2002 demandou negociações longas, árduas e infrutíferas junto ao MEC<sup>1</sup>. De forma semelhante, conseguir que o poder público, e mesmo a sociedade, venham a reconhecer que a extensão é a atividade acadêmica que dá

visibilidade à concepção de Universidade cidadã, depende de um longo trabalho das IES individualmente e em conjunto, em suas regiões, de ações articuladas de divulgação da atuação das mesmas nos níveis local e regional

A própria definição das áreas temáticas, já no período de elaboração do Plano, recebeu críticas de componentes do Fórum. A escolha de algumas áreas se deu em função de programas específicos de ministérios, indicando provavelmente a crença na possibilidade de financiamento para ações de extensão nas Universidades via tais ministérios. É o caso, por exemplo, das áreas temáticas originalmente definidas de "Atenção Integral à Criança e ao Adolescente" e "Reforma Agrária". Estas falhas foram corrigidas pelo Fórum nos anos posteriores, definindo as áreas temáticas de forma bem abrangente: comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

Porém, a falha mais séria no Plano, e que necessita revisão mais urgente, refere-se exatamente ao estabelecimento da orientação para trabalhar com áreas temáticas. Há uma incoerência entre os princípios norteadores da extensão e sua operacionalização em área temática. Ao se definir como princípio que a ação extensionista deve ser interdisciplinar, multi ou transdisciplinar, é incoerente propor que essa mesma ação seja classificada em um tema. Sabe-se que no campo da pesquisa a prática interdisciplinar é relativamente pequena, dominados que são os campos do conhecimento, desde o século XIX, por certa perspectiva que, hipertrofiando a especialização, acabou por bloquear o diálogo necessário entre as disciplinas. Nos estudos interdisciplinares, um dos desafios básicos é a identificação de um objeto que consiga, pela mobilização de perspectivas, uma efetiva articulação entre as disciplinas envolvidas<sup>2</sup>. Na prática extensionista, poucos conseguem desenvolver programas realmente orgânicos que se articulem de fato, que não sejam apenas um ajuntamento de projetos que pouco se falam.

Ao propor a interdisciplinaridade como princípio norteador da ação extensionista, o Fórum, em seus documentos básicos, e tanto no PROEXTE quanto no Plano Nacional de Extensão, coloca esse desafio àqueles que se dedicam à concepção e ao desenvolvimento da extensão

com qualidade acadêmica. A questão, portanto, precisa ser superada. Os princípios norteadores não devem ser subordinados a procedimentos operacionais. A relação é inversa.

Duas importantes metas previstas no Plano não foram alcançadas, apesar de todo esforço do Fórum: a adoção de indicadores quantitativos de extensão para alocação de vagas e distribuição de recursos orçamentários internamente nas Universidades e, na esfera nacional, a instituição de um programa de fomento à extensão, cobrindo despesas de custeio e bolsas para estudantes.

### Considerações Finais

Considerando que o Plano Nacional foi concebido para o período de 1999/2001 e analisando os desdobramentos decorrentes de sua implantação, pode-se dizer que ele cumpriu o seu papel de orientar a ação da extensão nas Universidades. Em torno dele, o Fórum articulou sua ação consolidando ainda mais as funções estabelecidas quando da sua criação: estabelecer diretrizes conceituais e políticas para a extensão nas IES públicas brasileiras. Vários avanços podem ser registrados desde a publicação do Plano Nacional de Extensão. Hoje, as Universidades caminham em direção de uma nova política de extensão, que reafirme os princípios norteadores da extensão como atividade acadêmica e avance em uma proposta contemporaneamente situada. Uma proposta alicerçada em uma extensão que se conhece, que se expressa, que estabelece suas condições de existências por ser organizativa da Universidade cidadã... aberta à criação de novos contextos de cooperação entre Universidade e sociedade.

### Notas

- 1- Exceção feita ao financiamento no valor de R\$ 20.000,00, em fins de 2002, para implementação do SIEXBRASIL
- 2- Programa Pólo de Integração da UFMG no Vale do Jequitinhonha/ Relatório consolidado, texto digitado, março/2002.

### Referências Bibliográficas

- GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez UFCE, 1986.
- MEC, Comissão Mista CRUTAC / MEC. *Campus Avançado / MINTER*. 1974. 15 p. (mimeo).

MEC/DAU. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. 1975. 13 p. (mimeo)

MEC/SESU, *Programa de Fomento à Extensão Universitária*, 1995. (mimeo)

*Plano Nacional de Extensão Universitária*. Raízes e Rumos, Órgão de Divulgação do Depto. de Extensão/UNIRIO e do Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Região Sudeste, v. 5, n. 9. Belo Horizonte: Imprensa UFMG, 1998.

SOUZA, Ana Luiza Lima. *A História da Extensão Universitária a partir de seus Interlocutores*. 329 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiânia, Goiânia, 1995.

**Abstract:**

Since the first experiences of university extension in Brazil were registered, three political proposals were elaborated in the subject: the University Extension Work Plan, in 1975; the Program of Promotion to University Extension / PROEXTE, in 1993 and the National Plan of Extension in 1999. Though elaborated in different historical circumstances, the three proposals consolidated themselves in the same concepts and principals, having the last two been elaborated under the coordination of the Pro-Deans Forum of Extension in Brazilian Public Universities, together with the State Department of Education. These two last proposals recover and go beyond the definitions contained in the proposal of 1975.

After five years of the publishing of the National Plan of Extension, there can be verified some rights and wrongs in the unfolding of its implantation. Now it's the moment for evaluation, considerations and revision of orientation principles. It's a challenge set for the State Department of Education and the Pro-Deans Forum of Extension.

**Keywords:** Policies of extension, MEC, Pro-Deans Forum of Extension in Brazilian Public Universities, principles, orientation principles, interdisciplinarity.

Data de entrega: 10/11/2003

Data de aprovação: 17/12/2003

